

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

# Relatório Parcial de Pesquisa de Iniciação Científica

O Instituto Ethos e sua influência global na conduta socialmente  
responsável tida como necessária e desejável

Bolsista:

Hannah Maruci Aflalo

Orientador:

Edson Passetti

SÃO PAULO

2011

## RESUMO:

A criação do Instituto Ethos, em 1998, com padrões de conduta trazidos de instituições similares da Europa e dos Estados Unidos, e a realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas, em 2001, iniciaram a concretização, no Brasil, dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial. A partir desse momento, há um deslocamento da ação filantrópica, que caracterizava as empresas sociais dos anos 60, para a ação socialmente responsável, característica de um novo tipo de empresa denominado cidadão. O papel do Instituto Ethos nessa passagem é crucial, sendo assim, nesse relatório é feita a primeira parte da análise dessa instituição. O método utilizado foi o estudo de documentos produzidos pelo instituto e das notícias publicadas por esse, a análise das atividades que o instituto realiza e seus principais parceiros. A partir dessas análises, pode-se montar um panorama do Instituto Ethos, com o início do mapeamento de suas articulações e de sua produção de verdades. Dessa forma, o Instituto Ethos é entendido nesse relatório como uma nova institucionalização em torno do discurso socialmente responsável e que dirige as condutas empresariais. Essa nova institucionalização se dá na sociedade de controle e caracteriza-se por uma função policial que incentiva o monitoramento voluntário entre as empresas. O ideal da transparência é o objetivo e a justificativa do monitoramento: as empresas devem apresentar uma atitude socialmente responsável publicamente. A convocação à participação e o enaltecimento dos conceitos de transparência, responsabilidade e moderação estão entre as características das novas tecnologias da sociedade de controle presentes nas novas institucionalizações e são objeto de estudo nesse relatório.

## **Sumário:**

<b>1.Relatório de atividades.....</b>	<b>4</b>
1.1.Metodologia.....	4
1.1.2.Objetivos, dificuldades, estratégias.....	4
1.1.3.Eventuais alterações.....	5
<b>2.Relatório científico.....</b>	<b>8</b>
2.1 Resultados preliminares.....	9
2.2.O Instituto Ethos e sua responsabilidade social.....	33
2.3.Uniethos.....	34
2.4.Parceiros.....	35
2.5.Revisão Bibliográfica.....	39
2.6.Resumo e conclusões preliminares.....	44
2.7.Cronograma previsto para o segundo semestre do relatório.....	45
<b>3.Bibliografia.....</b>	<b>45</b>

## 1. Relatório das atividades

### 1.1. Metodologia

A metodologia utilizada nesse relatório é o método genealógico colocado por Michel Foucault e a forma de produção de verdades, que para ele, se dá sempre anteriormente ao da produção de riquezas.

As orientações de Edson Passetti atravessam: encontros periódicos com os bolsistas para apresentação do desenvolvimento da pesquisa, das dificuldades encontradas e o que se pretendia para os próximos meses; assim, foi possível indicações bibliográficas para a pesquisa; indicação e fichamento de artigos, livros e teses; seminários dos integrantes do projeto e convidados sobre temas importantes para a elaboração da noção de *ecopolítica*; relatórios bimestrais com resultados de pesquisas e problematizações.

### 1.1.2. Objetivos, dificuldades e estratégias

Meus objetivos nesse relatório foram: sistematizar os documentos produzidos pelo Instituto Ethos, coletar e sistematizar as notícias publicadas no site do instituto e realizar uma sistematização parcial da bibliografia. Para tanto, minha estratégia foi baixar todos os documentos publicados pelo Instituto Ethos e selecionar os que considerei chaves no entendimento das procedências e do alcance do instituto. Além disso, armazenei as notícias publicadas pelo Ethos e sistematizei-as em uma tabela. Para determinar o alcance percebi que era necessário estabelecer quais são as parcerias do instituto e foi nesse ponto que encontrei mais dificuldades, uma vez que essas informações não constavam no site do Instituto Ethos. Para encontrar as parcerias usei o Google e cheguei a um outro site do

Instituto Ethos: o InternEthos. Esse site tem informações sobre o Ethos, onde encontrei suas parcerias nacionais e internacionais.

#### 1.1.3.Eventuais alterações feitas sobre o trabalho inicial e justificativas

Houve duas alterações relativas a meu plano de atividades proposto no projeto. A primeira mudança foi o aumento do tempo de mapeamento e sistematização das parcerias do Instituto Ethos nesse primeiro relatório. Fiz essa alteração pois percebi que, para determinar o alcance do Instituto Ethos, seria necessário mais do que os dois meses estipulados inicialmente. Por isso, estabeleci um acompanhamento mensal para identificar as parcerias estabelecidas. A segunda mudança foi em relação à sistematização das notícias, que estava prevista apenas para a segunda metade da pesquisa. Considerei importante fazer uma sistematização preliminar, pois isso iria interferir em algumas de minhas conclusões sobre as atividades do Instituto Ethos.

#### 1.1.4. Atividades acadêmico-culturais e repercussões na pesquisa

No Projeto Temático Ecopolítica, tabulei notícias do jornal Folha de São Paulo relativas ao fluxo de minha pesquisa: Penalização a Céu Aberto. As notícias foram classificadas por data, título, área temática, tema, tipo da notícia (opinativo, reportagem ou entrevista), um pequeno resumo, palavras-chave e a presença de relação com algum dos outros fluxos do projeto: Meio Ambiente, Segurança e Direitos. Entre as notícias tabuladas, uma tinha relação direta com meu tema e será usada no estudo. A notícia em questão, *Consumo e Direitos Humanos*, foi publicada no caderno de Opinião da Folha de São Paulo e foi escrito Ricardo Young, ex-presidente do Instituto Ethos. Trata-se da pesquisa realizada pelo Instituto Ethos e Akatu sobre como os consumidores brasileiros percebem a responsabilidade social empresarial. O levantamento em questão chama-se

“O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade: Atitudes e Comportamentos frente o Consumo Consciente, Percepções e Expectativas sobre a RSE – Pesquisa 2010”\_e será trabalhado no relatório científico.

Compareci a duas mesas da VII Semana de Ciências Sociais da USP: *Gestão institucional do espaço: possibilidades e limites* e *Criminalização da pobreza e militarização das cidades*. Embora não haja ligação direta dessas mesas com meu tema, foram interessantes para entender algumas relações das organizações da sociedade civil com o governo, muito abordadas em ambas.

Assisti ao Seminário G20 e a Globalização Social, pois uma das mesas dizia respeito à minha pesquisa. A mesa em questão denominava-se *Direitos Sociais e do Trabalho* e contou com a presença de Michel Doucin, Embaixador da França para a Bioética e Responsabilidade Social das Empresas e Cristina Carvalho Pinto, Presidente do Mercado Ético e do Grupo de Comunicação Full Jazz. Oded Grajew, do Instituto Ethos, também confirmou presença, mas não compareceu ao evento.

Compareci às duas aulas-teatro realizadas pelo Nu-Sol: *Eu, Émile Henry*. *Resistências*, no primeiro semestre de 2011, e *Loucura*, no segundo semestre de 2011. A primeira aula-teatro tratou de um anarco-terrorista, Émile Henry, a segunda levantou a questão da loucura sob a ótica de Michel Foucault. A aula-teatro sobre a loucura repercutiu em minha pesquisa, pois problematizou a sociedade de controle e as novas modulações, nas quais o Instituto Ethos pode ser inserido.

Durante esses meses de pesquisa assisti aos seminários realizados no projeto:

- “sujeição, assujeitamento e subjetividade” - Guilherme Castelo Branco

(UFRJ)

- “protestos globais, internet e novos movimentos”- Acácio Augusto (Nu-Sol)
- “a construção política de crimes internacionais” - Paulo Pereira (PUC-SP)
- “segurança e novas institucionalizações” - Thiago Rodrigues (Nu-Sol)

Esses seminários foram importantes para entender conceitos de Michel Foucault que eu ainda não tinha conhecimento, ou conhecia pouco, e entender as questões levantadas pelo Projeto Temático Ecopolítica, assim como a própria noção de *ecopolítica*. Além disso, meu orientador, Edson Passetti, realizou um seminário para os integrantes do projeto: “o ingovernável”. Tal seminário foi importante, pois fez um panorama do pensamento de Foucault e descreveu as sociedades disciplinar e de controle e suas conexões. Além disso, explicou as noções de *polícia da vida*, *conexões*, e *captura* (entre outras), que foram usadas nesse relatório. Nesse seminário também foi indicada bibliografia usada nessa pesquisa.

## 2. Relatório científico

### Apresentação

Nestes seis meses de pesquisa os principais pontos estudados foram: o levantamento bibliográfico e o estudo minucioso do Instituto Ethos e de como se dá sua produção de verdades. Para o levantamento bibliográfico, os títulos e obras foram pesquisados na biblioteca da PUC-SP e na biblioteca da FFLCH-USP e outros foram retirados do acervo de livros do Projeto Temático Fapesp, por indicação de Edson Passetti. Após o levantamento de livros importantes para a pesquisa, fiz um fichamento dos capítulos que li, dividindo-os em objetivos do texto lido, um apanhado geral com citações do texto e considerações minhas sobre o que li para incluir em minha pesquisa.

As referências bibliográficas selecionadas até então foram:

Instituto Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental 2005*. São Paulo, 2004.

RIBEIRO, Wagner Costa (Org). *Rumo ao Pensamento Crítico Socioambiental*. Editora Annablume, São Paulo, 2010.

CLAPHAM, Andrew. *Human Rights Obligations of Non-State Actors*. Oxford University Press Nova Iorque, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social*. Editora Atlas, São Paulo, 2001.

Como bibliografia analítica foram selecionados três títulos de autoria de Michel Foucault e um artigo, que permearão este relatório, e um relativo ao VI Colóquio Internacional de Foucault, além de um livro de Gilles Deleuze:

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Editora Vozes. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópoles, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Editora Graal. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, 1981.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Editora Forense Universitária. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. *Foucault: Filosofia & Política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010.

Para entender como se dá a produção de verdades do Instituto Ethos, tabulei as notícias publicadas no site do Instituto entre os meses de Agosto e Dezembro. Minha intenção, com isso, foi a de buscar como se dá a produção de conhecimento e como ele articula o discurso de responsabilidade social.

Na internet, o Google foi a ferramenta principal para a seleção de sites. O principal site que acessei foi o do próprio instituto, para obter informações e acessar as notícias publicadas. O Google foi uma ferramenta para buscar os parceiros nacionais e internacionais do Instituto Ethos, os quais são listados no site do instituto, mas não são disponibilizadas informações a respeito de cada parceiro. Além disso, o site Espaço Acadêmico ([www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)) ajudou em alguns momentos na parte analítica. Retirei desse site o texto de Rudá Ricci, sociólogo, doutor em Ciência Política, professor da PUC-Minas e Diretor do Instituto Cultiva, relacionado com meu tema de

pesquisa e foi útil para entender a institucionalização do discurso socialmente responsável. O artigo “Por uma Lei de Responsabilidade Social ou... Para se contrapor ao Estado-Facilitador” levanta um debate sobre a necessidade de uma Lei de Responsabilidade Social. Essa lei é estudada nesse relatório como reflexo de novas institucionalizações que têm centralidade no discurso socialmente responsável e das quais o Instituto Ethos faz parte.

## **2.1 Resultados preliminares**

### **2.1.1 Novas institucionalizações**

A passagem da sociedade disciplinar, situada por Michel Foucault, para a sociedade de controle, apontada por Gilles Deleuze, não marca o esgotamento de uma pela outra, mas trata-se de uma passagem em que elementos permanecem e se constituem novas relações de governo. Assim, na sociedade de controle as relações de poder que se davam em rede, como mostrou Foucault em *A ordem do discurso*, agora, são atravessadas por fluxos.

Expandem-se novas institucionalizações, construídas a partir de uma produção anterior de verdades que se mantêm sempre em aberto. Essas institucionalizações, das quais o Instituto Ethos faz parte, possuem novas características que as distinguem das institucionalizações disciplinares: “Foucault nos colocava diante do possível na ultrapassagem da sociedade disciplinas e do inevitável decorrente das novas institucionalizações em aberto ou inacabadas da atual sociedade de controle”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> PASSETTI, Edson. *Ecopolítica: procedências e emergência*. in VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. *Foucault: Filosofia & Política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P.129.

### **2.1.11.Lei de Responsabilidade Social:**

A Lei de Responsabilidade Social é entendida aqui como expressão da emergência de novas formas de institucionalização em torno do discurso da responsabilidade socioambiental. O Instituto Ethos acompanha de perto a tramitação de projetos de políticas indutoras de responsabilidade social direcionadas a empresas em discussão no Congresso Nacional, uma vez que essas leis contribuem não só para afirmar como para consolidar esse discurso que sustenta o Instituto Ethos enquanto nova institucionalização. O projeto de lei 1305/2003 que “dispõe sobre a responsabilidade social das sociedades empresárias e dá outras providências, criando a Lei de Responsabilidade Social, bem como o Conselho Nacional de Responsabilidade Social, que será o órgão regulador e fiscalizador.”<sup>2</sup>, está arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). O projeto de lei tem como objetivos o estabelecimento de transparência e regras de responsabilidade social além do estabelecimento da obrigatoriedade do Balanço Social. Para tanto, as Sociedades Empresárias devem criar uma Comissão de Ética e Responsabilidade Social com no mínimo 5 membros para “ i) elaborar e publicar o Balanço Social; ii) acompanhar a elaboração dos estudos e relatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Responsabilidade Social; iii) fiscalizar a aplicação das normas legais de Responsabilidade Social, em conjunto com os órgãos de controle e *compliance* da Sociedade Empresária.”<sup>3</sup>. A lei determina também as informações que o Balanço Social deve conter.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3485&Alias=ethos&Lang=pt-BR> (acesso em: 10/12/2011).

<sup>3</sup> Projeto de lei 1302/2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=116417> (acesso em: 08/12/2010)

A lei idealizada por Rudá Ricci seria destinada ao próprio Estado e à ONGs, OSCIPs e outras instituições que desenvolvam parcerias com o governo, de forma que haja um controle de todos esses pela sociedade civil. Os entraves à implantação dessa lei residem na estrutura política brasileira que tem sempre como ponto central a ação das agências federativas, “O centralismo da política institucional brasileira foi observado, ainda, em estudo de Marta Arretche. A autora sugere que todas as políticas sociais descentralizadas surtiram efeito a partir da pressão ou premiação dos órgãos centrais de governo, revelando a permanência da centralidade do executivo federal na determinação e condução das políticas sociais, mesmo quando descentralizadas”<sup>4</sup>.

#### **2.1.12.A convocação à participação**

A sociedade disciplinar descrita por Foucault se dava pela inclusão e pela exclusão e a disciplina era aplicada sobre os corpos, para docilizá-los e produzir produtividades. A emergência da sociedade de controle (mesmo que isso não signifique a total extinção da anterior) é marcada pela inclusão: todos estão e querem ser incluídos por meio da participação. De acordo com seminário de Edson Passetti, dentro do Projeto Temático, a sociedade de controle funciona por capturas e quanto mais capturas, mais se anulam as resistências. Ainda em referência ao seminário mencionado, aponta-se para um esgotamento da sociedade disciplinar, criando uma situação na qual há uma “*conexão* entre sociedade disciplinar e sociedade de controle”<sup>5</sup> que faz com que haja uma

---

<sup>4</sup> Rudá Ricci. *Por uma Lei de Responsabilidade Social ou... Para se contrapor ao Estado-Facilitador*. p.4. Disponível em: [www.espacoacademico.com.br/033/33ricci.htm](http://www.espacoacademico.com.br/033/33ricci.htm) (consultado em: 08/12/2011). [Em cache](#) [Similares](#)

<sup>5</sup> PASSETTI, Edson. *Ecopolítica: procedências e emergência*. in VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora,

sobreposição das relações disciplinares, que se dão em redes, e das relações da sociedade de controle, que funcionam por fluxos. Essa conexão cria uma descentralização do poder, que se espalha e reflete nas novas institucionalizações, as quais assumem papéis que estavam antes centralizados no poder estatal. Essa descentralização do poder, por sua vez, cria uma situação em que se produz um *monitoramento da vida*, pelo qual cada um polícia a vida dos outros.

O Instituto Ethos, ao dirigir as condutas das empresas à atitude tida como socialmente responsável, coloca como valores a transparência e a responsabilidade. A transparência pode ser alcançada por meio do Balanço Social, no qual as empresas se submetem, com a orientação do instituto, a padrões de avaliação e prestam contas sobre suas atividades financeiras e sociais. A responsabilidade relaciona-se a uma moderação que deve ser assumida com a intenção de melhorar o bem-estar da comunidade. Dessa forma, o Instituto Ethos estimula as empresas a se apresentarem publicamente, para que tanto o instituto como a sociedade civil e as outras empresas possam policiar as atitudes dessa empresa.

### **2.1.13. Função policial:**

Como pode ser notado no projeto de Lei de Responsabilidade Social, a fiscalização e a transparência, por meio do Balanço Social, são elementos centrais na normatização da atitude socialmente responsável. Sendo assim, é necessário que todas as empresas participem vigiando umas às outras e garantindo que todas estejam seguindo a conduta transparente e socialmente responsável. Nesse sentido, é possível fazer uma aproximação da função de controle assumida pelas empresas em prol do “bem social”

com uma função policial.

Trata-se, porém, não da função policial relacionada à polícia moderna, mas à polícia dos séculos XV e XVI, que foi criada não apenas para garantir a ordem e reprimir revoltas, mas para assegurar a saúde, a higiene e os padrões urbanos das populações. Essa polícia tem como procedência o *poder pastoral*. Em *O sujeito e o poder* Foucault explica o *poder pastoral* da seguinte maneira: “esta forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva e em continuidade à vida; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo (FOUCAULT, 1982).”

A orientação do poder pastoral para a salvação, segundo Foucault, é mantida enquanto função no Estado moderno. No entanto, essa salvação não está mais direcionada à salvação no outro mundo, mas nesse mundo. Esse termo adquire, então, novos significados como “saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes”<sup>6</sup>. Essa “antiga tecnologia de poder”, originada nas instituições cristãs, segundo Foucault, foi incorporada pelo Estado moderno ocidental como uma nova forma de política.

A nova forma de *pastorado* se manifestava no Estado moderno de várias formas e era exercida tanto por aparelhos do Estado como pela polícia, mas também “(...) o poder se exercia através de empreendimentos privados, sociedades para o bem-estar, de benfeitores e, de um modo geral, de filantropos”<sup>7</sup>. Essa função do poder pastoral está

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. Editora Forense Universitária. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro, 2009. p.7.

<sup>7</sup> Idem, p.7.

presente também hoje, dentro do neoliberalismo: “Há, hoje, sob a governança neoliberal, um redimensionamento do poder pastoral”<sup>8</sup>. Esse poder pastoral, que desde sua origem, não se extinguiu completamente, mas se atualizou de forma a manter-se presente, pode ser identificado nas atividades delegadas pelo Estado à iniciativa privada. É na responsabilidade social conferida às ONGs e empresas que se encontra a função pastoral de dirigir condutas, na medida em que “o estado não é mais o planejador da economia e a instituição responsável pela correção das desigualdades sociais”<sup>9</sup>.

Embora a função religiosa relacionada à salvação tenha sido modificada, há ainda resquícios da influência cristã do poder pastoral em algumas práticas. Se tomarmos o discurso da responsabilidade social das empresas como exemplo, devemos nos remeter à Associação de Dirigentes Cristãos, que publicou, em 1965, a CARTA DE PRINCÍPIOS DO DIRIGENTE CRISTÃO DE EMPRESAS. Tal documento delineava um modelo de empresa social e direcionava as condutas dos dirigentes de empresas tendo como base os princípios cristãos. Ao promover o desenvolvimento espiritual e material do homem, a iniciativa da ACDE mantém alguns dos aspectos do poder pastoral tradicional enquanto “uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida”<sup>10</sup>. Esse poder busca dirigir as atitudes dos empresários de acordo com a verdade cristã.

A produção de verdade, colocada por Foucault como ligada ao poder pastoral, é instrumento chave para a direção das condutas e para a gestão das políticas sociais. O

---

<sup>8</sup> AUGUSTO, Acácio. *Política e Polícia*. In VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 23.

<sup>9</sup> Idem, p.23.

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. p.6.

discurso de responsabilidade socioambiental comporta um *regime de verdade* que é atualizado pelas institucionalizações que se constituíram em volta desse, como o Instituto Ethos. O Instituto Ethos educa e direciona as empresas atualizando a prática da filantropia “como compaixão cívica”<sup>11</sup>. O policiamento, que se dá não só nesse âmbito, mas perpassa todas as nossas relações, se expressa também nas relações entre empresas, sociedade civil e Estado, constituindo uma *polícia da vida*. Segundo Edson Passetti, “uma polícia da vida começa a tomar vulto quando cada cidadão está convocado a participar, cuidando dos vivos em sua área, das condutas de cada um”<sup>12</sup>. Todos estão convocados a participar: as empresas, ao desempenharem políticas sociais e apresentarem-se de forma transparente à sociedade por meio de balanços sociais; e a sociedade civil, ao vigiar o desempenho social dessas empresas e do Estado.

#### **2.1.14. Transparência e responsabilidade**

A transparência está totalmente ligada à função de vigilância e monitoramento e ao papel de policiamento da vida. Na sociedade disciplinar a vigilância precisava ser internalizada, como mostra Foucault em *Vigiar e punir* ao tratar da condição do preso, sempre vigiado. Hoje, estamos em um período de expansão de monitoramentos: da terra, do mar, do espaço, das gentes. Esse monitoramento, no entanto, é agora algo desejável e associado à segurança. Por isso, o ideal da transparência é apresentado como virtude não só dos indivíduos, mas das próprias instituições. A vigilância se dá principalmente porque

---

<sup>11</sup> AUGUSTO, Acácio. *Política e Polícia*. In VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p.29.

<sup>12</sup> PASSETTI, Edson. *Ecopolítica: procedências e emergência*. in VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 132.

é possibilitada por aqueles que são e querem sem controlados e fiscalizados. No caso das empresas, os limites dessa vigilância estendem-se até os limites da própria transparência que se pretende consolidada no Balanço Social. O Balanço Social incentiva o auto-monitoramento das empresas, que devem controlar a si próprias e apresentarem-se de forma pública. No entanto, na medida em que “a sociedade de controle, enfim, escancara em cada um a realização da utopia da transparência”<sup>13</sup>, essa transparência se mostra impossível.

As instituições “inacabadas” da sociedade de controle convocam todos à participação e à exposição. No âmbito empresarial, instituições como o Instituto Ethos colocam-se como provedores da utopia da transparência ao educar e dirigir as empresas no caminho da conduta socialmente responsável.

### **2.1.2. Instituto Ethos:**

Acompanhei as atividades do Instituto Ethos no seu site durante esses dois meses. Pude perceber o papel contínuo desta OSCIP, não só na afirmação do conceito de responsabilidade social, mas também na sua constante atualização e inovação. O Instituto Ethos está envolvido em todas as questões ligadas à sustentabilidade e responsabilidade social colocadas em pauta. Este envolvimento é observado tanto como forma de acompanhamento e apoio a determinados assuntos, como o novo Código Florestal, quanto como na própria articulação e definição do que se deve ser discutido ou cumprido. Um exemplo desse último é o lançamento, em 23 de setembro de 2010, da Carta Empresarial pela Conservação de Uso Sustentável da Biodiversidade pelo Instituto

---

<sup>13</sup> PASSETTI, Edson. *Ecopolítica: procedências e emergência*. in VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 133.

Ethos e o Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (MEB), movimento ao qual as empresas podem aderir através de preenchimento de um termo de adesão e envio ao Instituto Ethos.

As notícias que atualizam e que afirmam as práticas do Instituto Ethos podem ser comparados ao que Michel Foucault chamou de “comentários”, ou seja, textos cujo papel é o de reatualizar e repetir o que foi dito no primeiro discurso de forma mascarada ou sutil. Tal repetição não implica que todas as informações produzidas pelo Instituto Ethos serão iguais e que se resumiriam em uma só: “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.”<sup>14</sup>.

#### **2.1.21. Instituto Ethos enquanto OSCIP**

Os padrões de comportamento social não são postos apenas pelo Estado ou pelas empresas, embora entre elas haja a busca da garantia de que todas estejam cumprindo as normas de conduta tidas como cidadãs. Em decorrência da necessidade da certeza de que as normas sejam cumpridas, instituições como o Instituto Ethos assumem o papel de fiscalizar e educar as empresas em direção a uma atitude sustentável. Em primeiro lugar, é importante ter claro o que são as OSCIP's e o que elas representam, destacando que se trata de uma certificação concedida à ONG's pelo poder público federal, uma opção institucional, e não de uma instituição em si.

Para qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é necessário que a pessoa jurídica siga determinados requisitos. A Lei (Lei 9.790/1999) que instituiu a concessão do título de OSCIP à ONG's que preenchem esses requisitos foi

---

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Edições Loyola. São Paulo, 1996. p. 26.

sancionada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em março de 1999, e detalha as exigências, dentre as quais no mínimo uma deve ser preenchida, para obter-se a certificação. Consta no Art.3º da Lei 9.790 finalidades às quais os objetivos sociais da pessoa jurídica que almeja a certificação de OSCIP devem corresponder, entre essas finalidades estão a promoção da assistência social, a promoção gratuita da educação, a promoção gratuita da saúde, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais<sup>15</sup>. Em outras palavras, OSCIP's "são entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público, e o interesse social que despertam merece ser, eventualmente, financiado, pelo Estado ou pela iniciativa privada, para que suportem iniciativas sem retorno econômico"<sup>16</sup>.

Nota-se então a transferência de funções que inicialmente cabiam ao Estado à iniciativa privada, o que faz com que o poder do chamado Estado-Nação espalhe-se e seja dividido com outros setores que não o estatal. Porém, não é possível falar por isso em um desaparecimento do Estado, pois, embora alguns de seus papéis tenham sido (e continuam sendo) de certa forma terceirizados, o governo não deixa de ter uma proximidade e controle dessas instituições, que dependem de seu assentimento. O Estado de Direito é pré-requisito básico para que se concretize o desenvolvimento da Sociedade Civil com auxílio do setor privado. A cidadania não é apenas a possibilidade da inclusão, mas um direito que é apresentado pelo Estado e reforçado pela sociedade civil como dever, uma vez que garantir a cidadania é uma maneira de se precaver e impedir que haja a possibilidade de surgirem ameaças radicais aos governos, considerando-se um limite

---

<sup>15</sup> Lei 9790/99. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm) (consultado em: 10/12/2011)

<sup>16</sup> OSCIP, o que é. Disponível em : [www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm](http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm) (consultado em : 25/11/2011)[Em cache](#)[Similares](#)

bem demarcável chamado *alternativo*. Essa parceria entre Estado e sociedade civil é o que permite a administração da contestação que, na medida em que sejam revestidas pelos direitos, serão previamente evitadas.

O apelo à participação da sociedade só pode ocorrer na medida em que os direitos são garantidos, portanto, a relação entre a população e as empresas é mediada pelo poder público e por instituições de responsabilidade empresarial, como o Instituto Ethos, que as apresentam de forma pública. Essa relação é baseada também na imagem que se faz das corporações e tem como ponto de referência a ética empresarial, expressa através da moral, com o respeito aos direitos humanos, ao consumidor, ao meio ambiente e ao bem-estar público.

#### **2.1.22.Tabulação**

Para tentar entender como se dá a produção de verdades pelo Instituto Ethos, tabulei todas as notícias publicadas no site do Instituto entre os meses de agosto e dezembro de 2011. As notícias foram divididas segundo os seguintes critérios:

1. Data;
2. Título;
3. Tipo;
4. Localização original;
5. Autor;
6. Resumo;
7. Área temática;
8. Palavra-chave.

O primeiro e o segundo critérios (data e título) referem-se ao dia em que a notícia foi publicada e seu título. O terceiro critério (tipo) apresenta 3 opções: **apresentação de novos conceitos, afirmação ou acompanhamento**. Esse critério diz respeito ao papel que determinada notícia apresenta para as atividades do Instituto. As notícias de **acompanhamento** são aquelas que tratam de temas atuais, que interessam ao Instituto Ethos, mas que não dizem respeito diretamente à responsabilidade social, sendo assim, o Instituto as reconhece como importantes e as acompanha. As notícias classificadas como de **afirmação** são aquelas que dizem respeito ao tema de responsabilidade social e que reforçam o discurso do Instituto Ethos, mas nas quais o Instituto não está envolvido diretamente. As notícias de **apresentação de novos conceitos** são aquelas por meio das quais o Instituto Ethos cria e recria seu regime de verdade, ou seja, são notícias sobre temas colocados pelo Instituto e sobre os mecanismos utilizados por esse para produzir e instituir suas verdades.

O quarto critério (localização original) indica onde a notícia publicada no site do Instituto se encontra originalmente, uma vez que algumas notícias são retiradas de outros locais como o site da revista digital Envolverde, o site do MEB, entre outros. Quando a localização original é o próprio site do Instituto Ethos, na tabela fica registrado “Site Ethos”. O quinto critério (autor) faz menção ao responsável pelo texto publicado, podendo ser alguém do próprio Instituto Ethos, nesse caso indicado “Instituto Ethos”, a revista Envolverde especialmente para o Instituto Ethos, registrado como “Envolverde, para Ethos” ou especialistas no tema, os quais são indicados pelo nome. O sexto critério (resumo) trata-se de um pequeno texto que sintetiza a notícia, enquanto o sétimo critério (área temática) divide as notícias em grupos temáticos como Biodiversidade,

Sustentabilidade, Economia Verde, etc. O último critério (palavra-chave) diz respeito a uma palavra que tenha aparecido diversas vezes em determinada notícia e que ajude na especificação do tema.

Ao comparar o tipo da notícia com sua área temática, obteve-se a tabela abaixo:

<b>Rótulos de Linha</b>	<b>Contagem de Área temática</b>
<b>Acompanhamento</b>	<b>33</b>
Copa	1
Copa-Olimpíadas	1
Crises	2
Democracia	2
Desenvolvimento sustentável	2
Direitos Humanos	2
EUA	2
Interna	2
Legislação	1
Meio ambiente e biodiversidade	9
Mudança climática	1
Mulheres	1
Novas economias	1
Novas indústrias	1
Olimpíadas	1
Parceria Governo Aberto (PGA)	1
Política públicas	2
Wall Street	1
<b>Afirmação</b>	<b>32</b>
África	1
Crises	1
Desenvolvimento	1
Desenvolvimento sustentável	12
Direitos Humanos	1
Economia verde	2
Eima8	1
Empreendedorismo social	1
Energia	1
Globalização	1
Meio ambiente e biodiversidade	2
Mudança climática	2

Novas economias	2
Prêmio Personalidade	1
Responsabilidade	1
Rio+20	2
<b>Apresentação</b>	<b>33</b>
Conferência Ethos	6
Corrupção	1
Desenvolvimento sustentável	7
Direitos Humanos	3
Empreendedorismo social	3
Fórum clima	1
Meio ambiente e biodiversidade	4
Mudança climática	1
Novas economias	2
Novas indústrias	1
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)	1
ONG	1
Rio+20	2
<b>Total Geral</b>	<b>98</b>

Das 98 notícias tabuladas 33 são de **apresentação de novos conceitos**, 33 de **acompanhamento** e 32 de **afirmação**. Dentre as de **acompanhamento**, a área temática mais mencionada foi de **meio ambiente e biodiversidade** (9 notícias), nas de **apresentação** foi **desenvolvimento sustentável** (7 notícias), **Conferência Ethos** (6 notícias) e **meio ambiente e biodiversidade** (4 notícias), e nas de **afirmação** a área temática mais recorrente foi **desenvolvimento sustentável** (22 notícias). Considerando todas as notícias, a área temática mais mencionada foi **desenvolvimento sustentável** (36 notícias), **meio ambiente e biodiversidade** em segundo lugar (15 notícias) e, em terceiro lugar, **Conferência Ethos** (6 notícias).

### 2.1.23.Publicações

Além da análise das notícias publicadas pelo Instituto Ethos, considerei

importantes as publicações de documentos relativos à responsabilidade social empresarial, elaborados pelo instituto. Tais publicações ajudam a entender o papel do Instituto Ethos na visão de seus próprios gestores, suas intenções e objetivos, além da forma como ele se articula para influenciar no movimento de sustentabilidade. Dos diversos documentos já publicados, selecionei três que julguei os mais relevantes para esta pesquisa: “Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos” (2008); “Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira”; “Instituto Ethos e parceiros: Rio + 20”; “Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos” (2008).

### **2.2.231. Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)**

Esse Relatório é o primeiro elaborado pelo Instituto Ethos e pelo UniEthos e tem como base as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Esse é o primeiro documento apresentado na pesquisa por conter uma avaliação de todas as atividades realizadas pelo Instituto Ethos feita por seus próprios gestores. O relatório tem início com uma *Mensagem da administração*, na qual “Ricardo Young e Oded Grajew abordam a questão da busca de exemplaridade no processo de relato”<sup>17</sup>. A questão da transparência aparece na primeira linha da mensagem de Ricardo Young e Oded Grajew: “Este Relatório de Sustentabilidade pretende ser um retrato transparente das principais conquistas, desafios e dilemas enfrentados pelo instituto Ethos e pelo UniEthos em uma década de existência.”<sup>18</sup>. Trata-se, portanto, de um relatório que explicita a responsabilidade social do próprio Instituto Ethos: essa instituição que ensina a conduta

---

<sup>17</sup> *Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)*, p. 2. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-324Relatorio%20de%20Sustentabilidade%20Ethos%20e%20Uniethos%202008v1.pdf> (acessado em: 10/12/2011)

<sup>18</sup> *Idem*, p.2.

socialmente responsável às empresas, ou seja, que determina as diretrizes para se alcançar “uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (consultado no Site do Instituto Ethos) e as auxilia na busca da transparência apresenta-se em 2008 (dez anos após sua criação), por meio desse relatório, realizando o que chama por transparência e cumprindo seu papel social. Ao mesmo tempo em que o Instituto Ethos busca seguir uma conduta coerente com os valores que coloca, ainda na mensagem da administração, é apresentado o papel de formulador dessa própria conduta: “buscamos disseminar uma nova consciência de gestão sustentável nas empresas, processo fértil de desafios.”<sup>19</sup>.

*A Mensagem da Administração* mostra que, em 2008, o Instituto Ethos passa por mudanças e por um redirecionamento que tira o foco da gestão das empresas para o ambiente, entendido pelo Instituto Ethos como sinônimo de natureza e indicado como “verde”, na qual essas articulam seus negócios, fazendo uma conexão do “movimento de RSE” com novas economias possíveis: inclusiva, verde e responsável. O papel articulador do Instituto (que não recebe em momento nenhum essa denominação) é expresso por meio da implantação de políticas públicas: “Cada vez mais o instituto Ethos adotará um papel articulador de indução de políticas públicas e de posicionamentos em relação às questões estratégicas de sustentabilidade.”<sup>20</sup>. Entre as mudanças mencionadas está também a mudança na governança do instituto, transferindo o cargo de Presidente do

---

<sup>19</sup> Idem, p.2.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 3.

Conselho Deliberativo de Oded Grajew para Sérgio Mindlin. O objetivo central do Instituto Ethos, porém, não parece ter se modificado tanto nesse relatório, estando ainda centrado na transparência e na vigilância e interferindo no movimento pela sustentabilidade: “Com renovada transparência, com o apoio e a crítica vigilante dos nossos públicos, tanto internos quanto externos, estamos convictos de que o Ethos continuará a ter, nos próximos anos, um papel relevante no movimento pela sustentabilidade.”<sup>21</sup>.

A segunda parte do relatório, *Nossa Jornada*, diz respeito à articulação do instituto e seus objetivos. A missão do Instituto Ethos é apresentada da seguinte forma: “Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e responsável”<sup>22</sup>. Tal missão é dividida em três eixos que comportam atividades do Instituto Ethos dedicadas à realização de partes da missão:

**-“Mobilizar, sensibilizar...” :**

- Conferência Internacional Ethos
- InternEthos
- RSE na Academia – Programa Futuros
- Gestores/Prêmio Ethos-Valor
- RSE na Mídia – Rede Ethos de Jornalistas e Prêmio Ethos de Jornalismo
- Rede Empresarial pela Sustentabilidade
- Mostra de Tecnologias Sustentáveis
- Portal Ethos ([www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br))

---

<sup>21</sup> *Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)*, p. 3.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 4.

- Programa de Equidade IAF

(inter-American Foundation)

**-... e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável...:**

- Indicadores Ethos de Responsabilidade Social (geral, micro e pequenas empresas e setoriais)
- Gestão de Convênio indicadores Ethos
- Grupo de Trabalho RSE e Combate à Pobreza (secretaria executiva)
- Programa Latino-Americano de RSE (PIARSE – secretaria executiva)
- Programa Tear – Tecendo Redes Sustentáveis

- **UNIETHOS**

**-...tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.:**

- Corredores Ecológicos
- Direitos Humanos e Responsabilidade Social Empresarial
- Fórum Amazônia Sustentável/Conexões Sustentáveis
- Agenda Trabalho Decente
- Pacto contra o Trabalho Escravo
- Programa Empresas pela integridade e Contra a Corrupção
- GT Empresas e Cidades Sustentáveis
- Comitê Brasileiro Pacto Global

A segunda parte da missão do Instituto Ethos (“Ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável”) leva ao desenvolvimento da missão do UniEthos (entidade do Instituto Ethos dedicado à educação das empresas para o

desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social): “Ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, por meio da educação e da orientação de lideranças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável”. A missão do UniEthos é também dividida em três partes de acordo com as atividades realizadas por esse:

**-Ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, :**

**programas educacionais:**

- Cursos abertos
- Cursos *in company*
- Programa Gestão Estratégica para a Sustentabilidade

**-...por meio da educação e da orientação de lideranças, :**

**assessoria:**

- Facilitação da aplicação dos indicadores Ethos
- Apoio ao planejamento estratégico de sustentabilidade
- Convênio Indicadores Ethos na Gestão da Cadeia de Valor
- Programas com Apoiadores institucionais

**-...contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável e justa. :**

**Grupos de trabalho**

- Grupo de Trabalho Ethos ISO 26000
- Grupo de Trabalho Global Reporting initiative
- GRES – Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade

A divisão das atividades entre o Instituto Ethos e o UniEthos é também uma clara

distinção entre duas funções do Instituto: a de atualizar e articular os conceitos e conhecimentos do movimento de responsabilidade social; e a de educar as empresas de acordo com essa articulação.

Ainda na parte denominada *Nossa Jornada*, é apresentada uma linha do tempo, desde o surgimento do Instituto Ethos. De acordo com o relatório, o Instituto Ethos foi criado nos anos 1990 quando as empresas ainda resumiam suas atividades sociais à filantropia (eram empresas sociais, não empresas cidadãs). O empresário Oded Grajew, em conjunto com o também empresário Valdemar de Oliveira Neto, trouxe dos Estados Unidos o debate sobre responsabilidade social empresarial fomentado pela Business for Social Responsibility (BSR). Eles propuseram à BSR a extensão do debate sobre RSE para empresas da América Latina. Foi realizada então, em 2001, a I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas. A partir disso, o movimento de RSE se expandiu no Brasil.

A comparação feita no relatório entre o momento no qual o Instituto Ethos foi criado (1998) e o momento no qual o relatório foi publicado (2008) apresenta como principal distinção a diferença entre a ação filantrópica das empresas e a conduta socialmente responsável. Essa diferença diz respeito a duas categorias de empresas: a empresa social e a empresa cidadã. A primeira, no Brasil, se consolida com a CARTA DE PRINCÍPIOS DO DIRIGENTE CRISTÃO DE EMPRESAS, publicada em 1965, e delinea uma empresa que, além de suas atividades produtivas, exerce uma atuação social alheia às atividades da corporação. A segunda emerge no final dos anos 1990 pela expansão do movimento de responsabilidade social nas Américas, trazido dos Estados Unidos e consolidada pelo Instituto Ethos. Trata-se de uma empresa que em sua produção

adota uma prática socialmente responsável, sem desviar seus recursos para assuntos sociais, mas aliando-os ao seu processo produtivo e a seus lucros. As demandas sociais são incorporadas aos negócios das empresa tornando-se sua própria atividade: a produtividade da empresa, que gera lucros, responde também às necessidades dos consumidores, da comunidade e dos acionistas. O lucro não se dissocia da responsabilidade com a sociedade e com o meio ambiente, uma vez que a produção é por si mesma sócio e ambientalmente responsável.

O relatório mostra que, uma vez que as empresas já aderiram à responsabilidade social empresarial e tornaram-se empresas cidadãs, o Instituto direcionou-se para o espaço em que as empresas atuam: o mercado e a economia. O argumento para esse novo foco é o de que a empresa não pode ser sustentável se o mercado não compartilhar desses valores. O vice-presidente do instituto, Paulo Itacarambi, afirma que “A mobilização voluntária das empresas em torno de uma mudança de cultura de gestão tem esbarrado em limites que põem em risco o avanço da sustentabilidade, como a falta de referências no mercado que balizem o nível de exigência da sociedade em relação ao comportamento das empresas. Por isso a necessidade de trabalhar o âmbito da economia”<sup>23</sup>. O desafio para os próximos 10 anos (a partir de 2008) é, portanto, influenciar em uma reestruturação da economia. Sendo assim, o Instituto Ethos pretende vincular às propostas de RSE à Carta da Terra, transformando-a em referência para o movimento de sustentabilidade. Ricardo Young esclarece que “Consideramos a Carta o melhor compêndio sistematizado do que entendemos ser um padrão de desenvolvimento sustentável”<sup>24</sup>. Tal conceito é definido no Glossário dos Indicadores Ethos e Relatório

---

<sup>23</sup> Idem, p. 9.

<sup>24</sup> Ibidem, p.9.

Brundtland da seguinte maneira: “Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”<sup>25</sup>.

Três iniciativas são apontadas como tendo contribuído para a incorporação dos conceitos de RSE na gestão das empresas: os Indicadores Ethos, criado em 2000, o Programa Tear, lançado em 2006, e o GRES (Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade). A seção seguinte, *Mão na massa*, especifica as três iniciativas colocadas acima, descrevendo sua origem e seus desdobramentos. Os **Indicadores Ethos** se trata de um questionário de autoavaliação das empresas em relação à incorporação da responsabilidade social em suas gestões: “As empresas que se dispõem a avaliar o estágio de incorporação da RSE na sua gestão, com base nessa ferramenta de diagnóstico elaborada pelo instituto, respondem a um total de 461 perguntas.”<sup>26</sup>. A partir dessa autoavaliação chega-se a um mapeamento completo da empresa e o direcionamento de possibilidades de melhorias. As empresas associadas ao Instituto Ethos tem a possibilidade de solicitar a aplicação dos Indicadores Ethos em empresas de suas cadeias de valor (Definição do conceito - fonte: Glossário dos Indicadores Ethos - : “Conceito de administração de empresas que designa a série de atividades relacionadas e desenvolvidas pela empresa para satisfazer as necessidades dos clientes, desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção e venda até a fase da distribuição para o consumidor final”), o que possibilita o policiamento entre as empresas no que diz respeito à responsabilidade social. O **Programa Tear** – Tecendo redes sustentáveis foi promovido em 2006 em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem

---

<sup>25</sup> *Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)*, p.9.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 10.

como objetivo “trabalhar a competitividade e a sustentabilidade das pequenas e médias empresas (PMEs) por meio da atuação na cadeia das chamadas “empresas-âncoras”, organizações de grande porte representativas do seu setor”<sup>27</sup>. O **GRES**, por sua vez, tem como objetivos “criar referências de experiências empresariais em sustentabilidade, gerar cooperação entre as empresas participantes e mostrar evidências concretas de que é possível unir RSE ao desempenho positivo das empresas”<sup>28</sup>. O vice-presidente do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, afirma que essas três iniciativas correspondem às três metodologias do instituto: os Indicadores Ethos tem uma função educacional, o Projeto Tear de difusão do conceito de RSE e o GRES busca a colaboração das empresas em torno da sustentabilidade.

O capítulo seguinte, *O Público e o Privado*, remete-se à criação do UniEthos em um momento em que se formava uma demanda das empresas “por capacitações customizadas para a inserção dos temas de RSE”<sup>29</sup> que não podia ser atendida pelo Instituto Ethos. Essa impossibilidade se devia ao fato de que a natureza pública do instituto não permitia que esse cobrasse por serviços, o que poderia dar um caráter comercial ao Instituto Ethos. A solução foi a criação de uma entidade independente e privada dedicada à educação das empresas para a responsabilidade social: o UniEthos.

A seção *Encontro Mercado* fala sobre as Conferências Ethos e seu início em 1999. Nessas conferências a pauta sempre foi a responsabilidade social, no entanto, enquanto nas primeiras edições buscava-se a difusão e a “sensibilização” das empresas em relação à RSE, a partir de 2005 essa reflexão se expandiu para articulação das empresas com outros “atores sociais” e em 2008 o tema se voltou para a criação de um mercado

---

<sup>27</sup> Idem, p. 12.

<sup>28</sup> Ibidem, p.13.

<sup>29</sup> *Relatório de Sustentabilidade Ethos e UniEthos (2008)*, p.13.

socialmente responsável.

### **2.1.232. Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira**

A Carta é um movimento voluntário das empresas assumirem uma série de responsabilidades e compromissos para protegerem a biodiversidade do Brasil e encorajarem o governo brasileiro a fazer o mesmo. Buscando atingir este último objetivo, a carta foi enviada ao presidente da República no período e aos candidatos a futuros presidentes. Os objetivos da Carta são: “Promover a mobilização do setor empresarial brasileiro para o Ano Internacional da Biodiversidade; Levar um posicionamento empresarial ao governo brasileiro por meio da Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira, assumindo compromissos e solicitando ações internas e externas; e Maximizar a iniciativa com o envolvimento da sociedade civil”<sup>30</sup>.

A estrutura da Carta é dividida entre os compromissos assumidos pelas empresas signatárias e as propostas feitas ao governo brasileiro, que dizem respeito à sua participação na COP-10 e sua atuação, que ocorreu em outubro de 2010. Neste documento, a constatação do papel central das empresas signatárias em relação ao assunto da biodiversidade em detrimento da função do Estado, ao qual é feita uma reivindicação, não é exata. Há ainda a dependência das empresas em relação ao Estado quando cuidando de temas que, inicialmente, diriam respeito apenas ao governo, como consta na própria Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira: “os governos têm liderança e autonomia para a tomada de decisões nos territórios sob sua

---

<sup>30</sup> *Carta Empresarial sobre o uso da Diversidade Brasileira*. Consultado em: [http://www.alcoa.com/brazil/pt/sustainability/pdfs/CARTA\\_EMPRESARIAL\\_MEB.pdf](http://www.alcoa.com/brazil/pt/sustainability/pdfs/CARTA_EMPRESARIAL_MEB.pdf) (acessado em: 12/12/2011)

responsabilidade”<sup>31</sup>. O conceito de um Estado-rede, colocado pelo autor Manuel Castells, que compartilha sua autoridade por diversas instituições, não é desta forma invalidado, mas no Estado brasileiro se dá concomitantemente com sua característica própria de centralização de tarefas, mesmo quando descentralizado (levando-se em conta o texto de Rudá Ricci).

Embora em convenções como a COP-10 haja a participação de técnicos e representantes de empresas, a liderança da delegação brasileira é do Itamaraty. É também importante ressaltar a importância do Direito, tanto internacional quanto nacional, quando se diz respeito à vinculação de outros Estados ou da Sociedade Civil em relação a compromissos assumidos. Portanto, pode-se concluir que se entre as empresas as responsabilidades são assumidas voluntariamente o mesmo não se dá quando o tema se estende para além do âmbito de competição corporativa. Sendo assim, os interesses empresariais, em determinadas circunstâncias, necessitam de representação estatal e quem articulará este “pedido” por representação são organizações como o Instituto Ethos.

### **2.1.233. Instituto Ethos e parceiros: Rio + 20**

O Instituto Ethos se envolveu diretamente com a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, a Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro em Junho de 2012. A influência do Ethos no Rio+20 se deu de duas maneiras: por meio da participação da Comissão Nacional que elaborou o posicionamento oficial do Brasil e na construção de um posicionamento próprio, que envolveu a discussão com 90 instituições entre empresas e sociedade civil. O documento aqui analisado refere-se à construção do posicionamento próprio do Instituto Ethos que consistiu na elaboração de propostas que

---

<sup>31</sup> Idem

foram enviadas para a ONU.

O governo brasileiro se posicionou a favor da inclusão social e do combate à pobreza, além de uma mudança na governança mundial, de forma a fazer com que as discussões na Rio+20 “sejam sobre o modelo de desenvolvimento que o mundo precisa para melhorar as condições de vida das pessoas”<sup>32</sup>. Já documento do Instituto Ethos e parceiros dirige seu foco para a crise mundial e entende como principais tarefas da Rio+20:

- fazer uma articulação entre a conferência e a busca de soluções para a crise;
- estabelecer uma agenda de transição para uma economia verde, includente e responsável;
- estimular uma atuação dos governos no sentido de formular planos nacionais de desenvolvimento sustentável; e
- construir um novo marco institucional no âmbito da ONU.

(consultado no site do Instituto Ethos: <http://www.ethos.org.br/rio20/> ).

O documento do Instituto Ethos enviado à ONU é balizado por duas proposições:

1- CONSTRUÇÃO DA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

2- CONSTRUÇÃO DE NOVO MARCO INSTITUCIONAL

(consultado no site do Instituto Ethos: <http://www.ethos.org.br/rio20/>)

A primeira proposição defende uma transição da economia atual para uma economia verde, includente e responsável. Para tanto, o documento propõe a adoção de várias diretrizes econômicas por **todos** os países. A inclusão, a responsabilidade e o

---

<sup>32</sup> *Instituto Ethos e parceiros: Rio+20*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/rio20/> (consultado em: 12/12/2011)

desenvolvimento sustentável, que até 2007 (nas atividades do Instituto Ethos) eram direcionados exclusivamente às empresas e à sociedade civil, passam a ser valores que devem ser incorporados à economia e ao mercado. A segunda proposição diz respeito à “superação da atual insuficiência institucional global, alterando-se o marco institucional, tanto no plano nacional quanto global, de forma a eliminar o desequilíbrio entre as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (social, econômica, ambiental e ética).”<sup>33</sup> o que só pode ocorrer com a “construção de novo marco institucional” que ofereça “os mecanismos de coordenação, cooperação, avaliação e controle necessários à ambiciosa agenda de transição”<sup>34</sup>.

A influência do Instituto Ethos na elaboração tanto do documento oficial do governo brasileiro como de um posicionamento próprio aponta para uma descentralização do poder estatal, que hesita em se efetivar.

## **2.2.O Instituto Ethos e sua responsabilidade social**

Durante o acompanhamento desta OSCIP, constatei que o Instituto Ethos, como um instituto de empresas e responsabilidade social, assume também para si um compromisso social e, por isso, sua interferência não se limita a assuntos empresariais. A relação do Instituto Ethos com a Sociedade Civil se dá principalmente por meio de pesquisas como a realizada em parceria com o Instituto Akatu denominada “O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade: Atitudes e Comportamentos frente o Consumo Consciente, Percepções e Expectativas sobre a RSE – Pesquisa 2010”. O

---

<sup>33</sup> Idem

<sup>34</sup> Idem

Instituto Ethos, enquanto “educador” das empresas, é também apresentado como um modelo de ação social. Um exemplo dessas ações é a participação no projeto Jogos Limpos cujo Comitê Nacional de Coordenação “tem o papel de orientar as atividades propostas e convergir agendas das demais iniciativas em andamento que tratam dos jogos, tais como impactos nas áreas de educação, políticas públicas de esporte, meio ambiente, trabalho decente e cidades sustentáveis.”<sup>35</sup>. Não se pode deixar de notar a presença de representantes estatais, como a Controladoria-Geral da União, e de organizações da Sociedade Civil, como Paulo Itacarambi do Instituto Ethos.

### **2.3.Uniethos**

O Instituto Ethos assumiu um papel educacional de empresas quando, a partir dos anos 2000, as empresas começaram a demandar “por capacitações customizadas para a inserção dos temas de RSE”<sup>36</sup> em suas gestões. Como o Instituto Ethos é uma organização de natureza privada, decidiu-se por criar uma OSCIP independente, que se dedicaria à educação das empresas sobre os temas de RSE e cobraria por esses serviços. Essa entidade foi criada em 2004 e chamada de UniEthos, porém, não funcionou com uma entidade independente do Instituto Ethos e, em 2005, as duas estruturas passaram a compartilhar a mesma gestão administrativa e o quadro de funcionários do UniEthos foi reduzido.

Em 2008 o UniEthos foi novamente reformulado e foram estabelecidos três pilares de atuação: programas educacionais, assessoria e grupos de trabalho. Com isso,

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.jogoslimpos.org.br/conheca-o-projeto/comites/> (data de acesso: 08/12/2011)

<sup>36</sup> *Instituto Ethos e parceiros: Rio+20*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/rio20/> (consultado em: 12/12/2011)

houve um aumento da demanda pelos seus serviços comparado ao ano anterior. Suas assessorias pelo Instituto Ethos utilizam os Indicadores Ethos e auxiliam sua aplicação nas empresas.

Os Indicadores Ethos são ferramentas de auxílio para uma auto-avaliação da empresa, seguindo os padrões de normas impostas. São eles divididos em sete temas: valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade. O UniEthos coloca-se como uma resposta à necessidade dos empresários de agirem em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável: “o UniEthos surge nesse contexto como uma inovação que responde ao crescimento exponencial do movimento de responsabilidade social empresarial e às novas demandas que ele tem gerado”<sup>37</sup>.

#### **2.4.Parceiros**

De acordo com meu cronograma, propus-me a mapear os principais parceiros do Instituto Ethos. Tais parcerias são entendidas aqui como determinantes do alcance e da projeção do Instituto, tanto nacional como internacionalmente. Para tanto, dividi os parceiros em *nacionais* e *internacionais*, discriminei se havia ou não ligação com o governo brasileiro, determinei o tipo de instituição e, quando internacional, indiquei qual o principal país ou instituição sede do parceiro. As instituições parceiras do Instituto Ethos foram encontradas no site institucional do instituto ([www.internethos.org.br](http://www.internethos.org.br)) e foram sistematizadas na tabela abaixo:

---

<sup>37</sup> Disponível em:  
<http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3410&Alias=uniethos&Lang=pt-BR>  
(acessado em: 05/12/2011)

<b>Parceiro</b>	<b>Origem</b>	<b>País – Instituição</b>	<b>Ligação governo</b>	<b>Tipo</b>
Controladoria Geral da União	Nacional		X	Órgão do Governo
Rede Nossa São Paulo	Nacional			Movimento-OSCIIP
Envolverde	Nacional			Imprensa
Microsoft (filial brasileira)	Nacional			Organização empresarial
HP (filial brasileira)	Nacional			Organização empresarial
Diveo do Brasil	Nacional			Organização empresarial
Faculdade Getúlio Vargas	Nacional			Instituição educacional
Instituto Akatu	Nacional			ONG
Associação Comunidade de Mãos Dadas	Nacional			ONG
Associação Brasileira DAS Entidades Fechadas de Previdência Privada ABRAPP	Nacional			Entidade civil
Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (AMCHAM)	Bi-nacional	Brasil e Estados Unidos	X	Câmara de comércio
A tarde	Nacional			Imprensa
O globo	Nacional			Imprensa
Valo econômico	Nacional			Imprensa
CBN	Nacional			Imprensa
Mercado Ético	Nacional			Imprensa
Tv Minuto	Nacional		X	Imprensa
Bus TV	Nacional		X	Imprensa
Rede Folha de Empreendedores Sociais	Nacional			Imprensa
United Nations Global Compact	Internacional	ONU		Agência da ONU
United Nations Development Programme (UNEP)/ United Nations Environment Programme (UNDP)	Internacional	ONU		Agência da ONU
Banco Intramericano de Desenvolvimento (BID)	Internacional	OEA		Banco
Banco Mundial	Internacional	Estados Unidos		Banco

Global Reporting Initiative (GRI)	Internacional	Holanda		Organização internacional
Principles for Responsible Investment (PRI)	Internacional	Reino Unido		Rede de investidores
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	Internacional	França		Organização internacional
United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)	Internacional	ONU		Agência da ONU
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Internacional	ONU		Agência da ONU
Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	Internacional	Alemanha		Empresa do governo alemão
Transparency International World Economic Forum	Internacional	Suíça		Organização internacional
Prince of Wales Business Leadership Forum	Internacional	Reino Unido		Organização internacional
Business for Social Responsibility (BSR)	Internacional	Estados Unidos		Organização empresarial
Corporate Social Responsibility Europe	Internacional	Bélgica		Organização internacional
Ford Foundation	Internacional	Estados Unidos		Corporação
UN volunteers	Internacional	ONU		Programa
Avina	Internacional	Suíça		ONG
Forum Empresa	Internacional	Chile		Organização internacional
Account Ability	Internacional	Estados Unidos		Organização internacional
Employers Forum on Disability	Internacional	Reino Unido		Organização empresarial
W.K. Kellogg Foundation	Internacional	Estados Unidos		Fundação filantrópica
Business for a Better World (BSR)	Internacional	Estados Unidos		Organização internacional
Hewlett Foundation	Internacional	Estados Unidos		Fundação internacional
SustainAbility	Internacional	Reino Unido		Organização internacional

Observando a tabela acima, há 43 parceiros do Instituto Ethos: 27 internacionais e 16 nacionais. Dentre as nacionais, 4 possuem ligação direta com o governo brasileiro (25% dos parceiros nacionais). Em relação ao tipo de parceiros: entre os nacionais há 3 ONGs (sendo uma OSCIP), 1 órgão do governo, 3 organizações empresariais, 1 instituição educacional, 1 câmara de comércio (binacional), 1 entidade civil e 6 órgãos da imprensa. Entre os internacionais há 5 agências da ONU, 2 bancos, 1 rede de investidores, 1 empresa do governo alemão, 2 organizações empresariais, 1 corporação e 12 organizações internacionais (ONGs em sua maioria). Dentre os parceiros nacionais, há uma predominância de órgãos da imprensa, enquanto em relação aos parceiros internacionais a predominância é de organizações internacionais. É também importante notar que um dos parceiros nacionais de relevância é a Controladoria Geral da União, o que mostra o laço estabelecido entre o Instituto Ethos e um órgão governamental.

Para entender as motivações dessas parcerias para o Instituto Ethos, discriminei, em uma nova tabela, as atividades as que estão ligados cada um dos parceiros, tanto nacionais como internacionais:

<b>Parceiro</b>	<b>Atividade</b>	<b>Parceiro</b>	<b>Atividade</b>
CGU	defesa do patrimônio público e transparência de gestão	BID	desenvolvimento e América Latina
Rede Nossa São Paulo	desenvolvimento sustentável e democracia participativa	Banco Mundial	Desenvolvimento
Envolverde	jornalismo e sustentabilidade	GRI	responsabilidade social
Microsoft (filial brasileira)	Tecnologia	PRI	responsabilidade social
HP (filial brasileira)	Tecnologia	OCDE	Desenvolvimento
Diveo do Brasil	telecomunicações	UNODC	drogas e crime
Faculdade Getúlio Vargas	Ensino	OIT	Trabalho

Instituto Akatu	consumo consciente	GIZ	desenvolvimento sustentável
Associação Comunidade de Mãos Dadas	crianças e adolescentes	Transparency International World Economic Forum	economia
ABRAPP	previdência privada	Prince of Wales Business Leadership Forum	responsabilidade social
AMCHAM	Comércio	Business for Social Responsibility	responsabilidade social
A tarde	Jornalismo	CSR Europe	responsabilidade social
O globo	Jornalismo	Ford Foundation	desenvolvimento social
Valor econômico	jornalismo	UN volunteers	desenvolvimento humano
CBN	jornalismo	Avina	desenvolvimento sustentável
Mercado Ético	sustentabilidade	Forum Empresa	responsabilidade social
Tv Minuto	jornalismo	Account Ability	responsabilidade social
Bus TV	jornalismo	Employers Forum on Disability	Empresas
Rede Folha de Empreendedores Sociais	jornalismo e reponsabilidade social	W.K. Kellog Foundation	crianças e responsabilidade social
United Nations Global Compact	responsabilidade social	BSR	sustentabilidade e responsabilidade social
UNEP/UNDP	pobreza e desenvolvimento	Hewlett Foundation	desenvolvimento social e ambiental
		SustainAbility	sustentabilidade

Em relação às atividades desempenhadas pelos principais parceiros do Instituto Ethos grande parte deles desenvolve atividades diretamente ligadas às atividades do Instituto Ethos. A recorrência de termos comuns aos utilizados pelo instituto, como responsabilidade social, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social e ambiental, mostra a similaridade entre o Ethos e seus parceiros.

O discurso de responsabilidade social traz consigo as noções de desenvolvimento sustentável e social. O Instituto Ethos toma como referência a definição de desenvolvimento sustentável adotada na Comissão Brundtland, em 1987, segundo a qual

desenvolvimento sustentável é aquele que  
“satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras  
gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. A partir dessa definição, o Ethos  
introduz uma nova noção, a de sustentabilidade empresarial, a qual consiste em  
"assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o  
desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma  
sociedade estável" (consultado no Site do Instituto Ethos em 11/03/2012). Essa noção  
permeia o discurso de responsabilidade social produzido pelo Instituto Ethos e é  
sustentado e legitimado pela relevância de seus parceiros, principalmente internacionais,  
que não só corroboram e ratificam esse discurso, mas que foram os pioneiros em sua  
produção. Um exemplo disso é a BSR, que foi a organização empresarial responsável  
pela I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas e que propagou o discurso  
da conduta socialmente responsável no Brasil.

## **2.5.Revisão Bibliográfica**

O levantamento bibliográfico relativo a esses seis meses teve como objetivo o estudo e compreensão dos seguintes temas e conceitos relacionados à essa pesquisa:

- Responsabilidade social
- Balanço social
- Desenvolvimento sustentável
- Educação social

### **2.5.1.Responsabilidade social-**

O livro *Human Rights Obligations of Non-State Actors*, de Andrew Clapham, no sexto capítulo, “Corporations and Human Rights” apresenta a importante distinção entre dois conceitos: a responsabilidade corporativa (corporate responsibility) e a prestação de contas corporativa (corporate accountability). O primeiro, diz respeito a ação voluntária das empresas de agirem de forma responsável, a segunda, por sua vez, implica na obrigação das empresas de agirem conforme as normas sociais. Embora a maioria das empresas grandes optem sempre pelas ações voluntárias, há segundo o livro, uma crescente pressão por parte de ONGs para que haja uma maior ênfase nos mecanismos da lei e de prestação de contas.

Há também um ceticismo em relação à responsabilidade social empresarial e à indústria que se formou em volta dessa por parte das uniões de comércio. De acordo com Dwight Justice “os governos estão usando a responsabilidade social como um substituto de sua própria falência em solucionar as consequências sociais da globalização”<sup>38</sup>. O medo das uniões de comércio é que a responsabilidade social tome lugar das obrigações legais das empresas e, além disso, que a indústria da responsabilidade social esteja redefinindo as expectativas da sociedade ao invés de estarem respondendo a elas.

É importante perceber como a responsabilidade social corporativa, inicialmente apenas um conceito, criou uma indústria que inclui consultores e empresas que oferecem serviços de responsabilidade social. Se voltarmos à questão levantada no livro de que

---

<sup>38</sup> CLAPHAM, Andrew. *Human Rights Obligations of Non-State Actors*. Oxford University Press, Nova Iorque, 2006.p.126.

essa indústria está redefinindo as expectativas da sociedade, é possível a inclusão do Instituto Ethos nessa redefinição. O Instituto Ethos é parte da indústria criada em volta da Responsabilidade Social Empresarial e toma para si a responsabilidade de educar as empresas em direção a uma atitude socialmente responsável. No entanto, além de ensinar, o Instituto Ethos também determina o que são as ações socialmente responsáveis, como consta em seu Manual de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas: “Fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade” (consultado no site do Instituto Ethos em 11/03/2012). Portanto, se a responsabilidade social surgiu como uma resposta à demanda da sociedade, hoje essa relação não é mais tão direta, tendo as organizações integrantes dessa indústria a capacidade de moldar as expectativas da sociedade. Em outras palavras, o Instituto Ethos existe para administrar as exigências dos consumidores em relação às empresas, no entanto, tais exigências são baseadas no próprio instituto. Estar de acordo com as atividades colocadas pelo Instituto Ethos significa agir de forma socialmente responsável, a qual tem pressupõe a participação: é proposto que as empresas participem contribuindo com a sociedade e com a conservação dos recursos naturais e informando suas ações à sociedade, a qual deve cobrar pela prestação de contas, além de consumir responsavelmente. A sustentabilidade coloca a responsabilidade (da contribuição para uma justiça social e para a conservação da natureza) não apenas no processo produtivo, mas também nos consumidores. É a partir dessa relação entre consumo e produção, que se pretende transparente, que o monitoramento se legitima e se apresenta necessário. Participar, portanto, é monitorar.

### **2.5.12. Jogos de Papéis: responsabilidade social e educação-**

Este texto do livro *Rumo ao pensamento crítico socioambiental* mostra a transferência de um setor da educação para as ONGs e OSCIPs. Essa educação diz respeito ao que os autores denominam “construção da cidadania”, ou seja, uma integração da sociedade ao ambiente, entendido como o natural, em que vive e com o qual se relaciona para que sua conservação seja garantida. O Instituto Ethos assume também uma função social educacional, porém, dirigida às empresas. Ambos, o Instituto Ethos e as ONGs que criam os jogos de papéis, declaram estar, dessa forma, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e responsável.

Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, explica que a educação é o principal meio para permitir ao indivíduo o acesso aos diferentes discursos, no entanto, sua distribuição é influenciada pelas oposições e lutas sociais, sendo assim, “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”<sup>39</sup>.

### **2.5.13. Princípio da Precaução: a possibilidade do desenvolvimento sustentável-**

O Princípio de Precaução é um conceito tratado no livro *Rumo ao pensamento crítico socioambiental* e é apresentado como um gestor de riscos cujo papel é mediar as incertezas da Ciência e o Direito do meio ambiente. Esse princípio relaciona-se com o Princípio de Responsabilidade, colocado pelo filósofo alemão Hans Jonas em 2006. Enquanto o primeiro é colocado como um dever jurídico e políticos dessa geração com as próximas, o segundo apresenta uma obrigação mais geral de preservação do meio

---

<sup>39</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola. São Paulo, 1996. p. 44.

ambiente. O presente artigo defende a posição de que o PP incita prudência e responsabilidade de modo a evitar que a presente geração ameace a existência da vida no planeta e que, ao mesmo tempo, a ciência possa se inovar.

É destacada a constante interpretação errônea do Princípio de Precaução em tribunais que, segundo o texto, contribuem para o esvaziamento de sentido do princípio. No entanto, o próprio princípio carece de uma definição exata, o que leva não a um esvaziamento, mas a um alargamento de seu significado. Esse alargamento possibilita que esse discurso seja utilizado tanto por ambientalistas, que defendem o mínimo de intervenção possível no meio ambiente, como por empresas, que justificam o desenvolvimento de novas tecnologias.

Admitindo-se que o PP não pode alcançar (e nem busca) o risco zero, essa fronteira entre a proteção do meio ambiente e da saúde humana (bens que esse princípio busca tutelar) e os avanços da ciência mostra-se maleável e manipulável de acordo com a situação. Ao invés de deter-se à gestão de risco (que define o próprio princípio), o foco é deslocado para o monitoramento e controle das atividades científicas e é proposto que a precaução seja moderada.

O alargamento dos significados e das possíveis interpretações do Princípio de Precaução sugerem que o conceito de desenvolvimento sustentável possui também um alargamento que possibilita sua maleabilidade e que apela, na impossibilidade de colocar limites claros entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da ciência, à moderação.

#### **2.5.14. Balanço Social-**

O livro de João Eduardo Prudêncio Tinoco (2001) é importante para situar o Balanço Social historicamente, o porquê de seu surgimento, as ampliações sofridas por esse e as experiências de balanços sociais em diversos países, incluindo o Brasil. A noção de responsabilidade social é, de acordo com o autor, posterior ao surgimento de demandas pela transparência das empresas.

As reivindicações por uma responsabilidade pública das empresas foram registradas nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, em decorrência da Guerra do Vietnã, na qual inúmeras empresas estadunidenses dedicaram-se à produção de armamentos sofisticados que geravam danos ao meio ambiente e aos seres humanos. Esse movimento é descrito na seguinte passagem: “(...) não, as empresas já não têm o direito de produzir e vender o que queiram, de licenciar novos produtos quando queiram, de justificar sua rentabilidade financeira a incitação permanente ao consumismo, conforme Marquès (1978).”<sup>40</sup>. Tal processo é comandado por igrejas, fundações, organizações de caridade e associações dos que combateram nas guerras do Vietnã e da Coréia, por meio da detenção de ações das empresas, o que lhes conferia voz nas assembléias dos investidores. Na França e na Alemanha, estudos relacionados aos problemas socioeconômicos tem início com movimentos estudantis de 1968. Dessa forma, tanto nos Estados Unidos quanto nos dois países europeus, a exigência por um objetivo social das empresas é crescente e a publicação de informações sociais começa a ser feita junto com o balanço patrimonial das empresas.

Na França, a partir de 1970, as empresas começam a publicar uma série de indicadores sociais em um quadro de *bord* social. Foi na França que a regulamentação do

---

<sup>40</sup> TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social*. Editora Atlas, São Paulo, 2001.p.23.

Balanço Social da Empresa se deu primeiro na pela Lei nº 77.769, em 12 de julho de 1977. A lei francesa, no entanto diz respeito quase que exclusivamente aos trabalhadores, levando em conta suas condições de higiene e segurança, formação profissional e remuneração, sendo por isso chamado hoje de Balanço Social no sentido estrito. Além disso, os objetivos do Balanço Social eram principalmente ajudar na gestão da empresa e a conservação e incrementação da rentabilidade social relacionada à manutenção da satisfação dos empregados, impedindo assim a queda de produtividade. Percebe-se então que a prestação de contas e de ações sociais nunca esteve desvinculada do papel principal da empresa: gerar lucros.

A partir de meados dos anos 1970 e predominantemente na década de 80, em países da Europa como Inglaterra, Alemanha e Holanda, houve uma reivindicação por parte dos pesquisadores pela ampliação do balanço social para além do público interno da empresa, o que acarretou na expansão da abordagem do Balanço Social, resultando no chamado Balanço Social em sentido amplo. Este último compreende o Balanço Social no sentido estrito, a demonstração do valor adicionado, o balanço ecológico e a responsabilidade social empresarial.

A responsabilidade social está diretamente relacionada aos fundos de investimentos. O autor, ao retratar o contexto externo, menciona a preferência de investidores por empresas com atitudes éticas e sociais como é o caso do Calvert Social Investment Fund e do Co-Operativa Bank, ambas inglesas. No Brasil, a visibilidade da questão do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social ainda é pequena, porém crescente. Os principais responsáveis pelo incentivo das empresas à participação na área social são principalmente o terceiro setor e a organização de empresas associadas

cujo objetivo é a divulgação das práticas socialmente responsáveis, “Duas associações empresarias, criadas a partir de 1996, se destacam. São elas: o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos. (...) Ambos são inspirados em organizações americanas similares, como o Council of Foundations e Business for Social Responsibility (BSR)”<sup>41</sup>.

## **2.6. Resumo e conclusões preliminares**

Após a análise e sistematização das atividades do Instituto Ethos nesse primeiro relatório, algumas conclusões foram levantadas e listadas abaixo, a fim de serem confirmadas no próximo relatório:

- O Instituto Ethos é uma nova institucionalização da sociedade de controle construída e sustentada pelo discurso socialmente responsável;
- Esse discurso socialmente responsável não só sustenta o instituto como é atualizado e afirmado por ele;
- Inúmeras outras instituições com as quais o Instituto Ethos possui parceria legitimam e afirmam seu *regime de verdades*;
- O Instituto Ethos incentiva e assume uma função de *polícia da vida*, baseando-se na fiscalização mútua e na transparência;
- A transparência, a responsabilidade e a moderação são apresentadas como virtudes e permitem a todos a vigilância mútua;

---

<sup>41</sup> Idem, p.133.

- A convocação à participação é uma tecnologia de poder característica da sociedade de controle que é moldada e utilizada pelas práticas do Instituto Ethos;
- O Instituto Ethos, apesar de não ser uma organização governamental, possui fortes laços como governo, dependendo, em muitas situações, de sua representação e beneplácito;
- Essa ligação do Instituto Ethos com o Estado pode sugerir que a “sensação de descentralização de poder” seja mesmo apenas aparente.

### **2.7.Cronograma previsto para o segundo semestre do relatório:**

<b>Conteúdo / Meses</b>	7	8	9	10	11	12
Coleta de notícias	X	X	X	X	X	
Levantamento de documentação	X	X				
Sistematização de documentos e material do site		X	X	X		
Sistematização de notícias					X	X
Sistematização bibliográfica			X	X		
Participação seminários internos	X	X	X	X	X	X
Relatório Final						X

### **3.Bibliografia**

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Edições Loyola. São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1981.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. 1982.

VEIGA-NETO, Alfredo (org.), CASTELO BRANCO, Guilherme. Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” In: Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010.

Instituto Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental 2005*. São Paulo, 2004.

RIBEIRO, Wagner Costa (Org). *Rumo ao Pensamento Crítico Socioambiental*. Editora Annablume, São Paulo, 2010.

CLAPHAM, Andrew. *Human Rights Obligations of Non-State Actors*. “Corporations and Human Rights”. Oxford University Press Nova Iorque, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social*. Editora Atlas, São Paulo, 2001.

### 3.1.Sites consultados:

Site do Instituto Ethos – [www1.ethos.org.br](http://www1.ethos.org.br)

Site do UniEthos – [www.uniethos.org.br](http://www.uniethos.org.br)

Site InternEthos – [www.internethos.org.br](http://www.internethos.org.br)

Site Espaço Acadêmico - [www.espacoacademico.com.br](http://www.espacoacademico.com.br)

Site da Controladoria-Geral da União – [www.cgu.gov.br](http://www.cgu.gov.br)

Portal da Câmara dos Deputados - [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)